



“COMO SE EU NÃO FOSSE UMA PROFESSORA”: O CORPO TRAVESTI E SEUS ENSINAMENTOS, UMA ANÁLISE DO DOCUMENTÁRIO MEGG

Thereza Cristina Leandro da Silva Queiroz Santos ¹

RESUMO

O Brasil é o país que mais mata pessoas travestis e transexuais, além de que apenas 4% delas estão em trabalhos formais. Em meio a essa pequena porcentagem, encontra-se mulheres trans que, superando as exclusões e preconceitos produzidos e reproduzidos no âmbito escolar, conseguem acessar o Ensino Superior e tornar-se professoras. Diante dessa problemática, buscou-se compreender como ocorre a existência de professoras travestis nas instituições educacionais, analisando como lidam com a norma vigente e quais negociações realizam para serem corpos possíveis de estar nesse lugar. Para isso, tomou-se como fonte de pesquisa o filme documentário “Megg – a margem que migra para o centro”, de 2018. Essa produção relata a trajetória de uma mulher travesti e negra e suas vivências acadêmicas. A abordagem de pesquisa utilizada foi a qualitativa, tratando as falas do filme por meio da análise de conteúdo. O que indicou que a docência travesti transgride às normas ao mesmo tempo que transforma o espaço educacional, e que sua permanência no meio acadêmico ocorre a partir de embates cotidianos.

Palavras-chave: Professora, Travesti, Transgressão, Transformação.

INTRODUÇÃO

Ao longo da história, as instituições escolares/educacionais delimitaram quais os corpos possíveis de frequentar e permanecer nos seus espaços. Utilizando de vários artifícios para excluir as existências consideradas inadequadas, desde os diagnósticos médicos/psicológicos, que traçavam o perfil de normalidade, até os jogos de poder presentes no cotidiano escolar.

O corpo possível de frequentar às bancas escolares deve se enquadrar a um padrão cis, heterossexual, branco e cristão. Essa exigência se torna ainda mais veemente se forem corpos responsáveis pela docência. Pois, no imaginário social, devem servir de exemplo para seus/suas alunos/as.

¹ Graduada em Psicologia pela Universidade Estadual da Paraíba - UEPB e Mestra em Educação pela Universidade Federal da Paraíba- UFPB, therezacristinasantos@gmail.com.



Quando as subversões acontecem, diversos mecanismos de poder, que tentam conservar os valores instituídos, entram em cena. Alegando que as expressões e produções no campo do gênero e das sexualidades são naturais e, portanto, tudo que é considerado fora do padrão, deve ser banido, invisibilizado.

Nesse sentido, a proposta aqui delineada, visa compreender como ocorre a existência de professoras travestis nas instituições educacionais, analisando como lidam com a norma naturalizada e quais negociações realizam para serem corpos possíveis de transitar nesse lugar.

Questionamento necessário, por ser o Brasil o país que mais mata pessoas travestis e trans no mundo, apesar da subnotificação, que fornece a falsa sensação que os assassinatos diminuiram. Em 2019, segundo dados da Associação Nacional de Travestis e Transexuais – ANTRA, foram notificados 124 assassinatos, sendo 121 de travestis e mulheres trans e 3 de homens trans. A maioria dessas vítimas também possuem uma cor: sendo 82% pretas ou pardas (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2020).

Em meio a esse cenário, tomou-se como ponto de partida para reflexão o filme documentário “Megg – a margem que migra para o centro”, de 2018. Essa produção oferece relatos de uma professora substituta na Universidade Federal do Paraná, que foi a primeira mulher trans e negra a conquistar o título de doutora no país, pela mesma universidade.

Os relatos produzidos no filme, pela personagem principal – Megg, foram recortados em unidades de registro, por meio da análise de conteúdo (BARDIN, 2016). E indicaram duas temáticas: a presença da professora travesti é transgressora e transformadora da instituição educacional (foge a cisnormatividade e a branquitude, como também fornece subsídios de elaboração de outras possibilidades de existência, inspirando outras pessoas LGBTQIA+²); existe um embate constante de poder para que a docente trans seja respeitada.

METODOLOGIA

² Lésbicas gays, bissexuais, travestis, transexuais, transgêneros, *queers*, intersex, agêneros, assexuados e mais.



Para refletir sobre a existência de professoras travestis nas instituições educacionais, optou-se por uma pesquisa de natureza qualitativa. Pois tais vivências não conseguiriam ser traduzidas em números. Segundo Minayo (2016, p. 20), a pesquisa qualitativa lida “[...] com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social”.

O material usado como fonte de pesquisa foi o filme documentário “Megg - A margem que migra para o centro”, de duração de 15 minutos, produzido em 2018, no Paraná. Essa obra apresenta relatos de uma professora travesti, negra e militante dos movimentos negro e LGBTQIA+, além de ser pioneira, na sua identidade de gênero e raça, no doutoramento, em 2017, pela Universidade Federal do Paraná.

O uso do recurso fílmico oferece a possibilidade de dar conta dos objetivos inicialmente propostos. Segundo Oliveira (2017, p. 2), “Na contemporaneidade, as obras cinematográficas são consideradas fontes que podem possuir significativo valor de testemunho indireto e involuntário de um evento ou processo histórico”. De modo que, o olhar para o filme Megg, é capaz de fornecer um panorama dos desafios enfrentados por uma professora travesti nos espaços de aprendizagem.

Assim, a investigação ocorreu considerando o documentário como um texto, no qual as mensagens produzidas pela personagem principal foram tomadas como unidades de registro, divididas em temas. Como sugere Bardin (2016, p. 135), na técnica de análise de conteúdo, “Fazer uma análise temática consiste em descobrir os ‘núcleos de sentido’ que compõem a comunicação e cuja presença, ou frequência de aparição, podem significar alguma coisa para o objetivo analítico escolhido”.

As falas da personagem foram transcritas na íntegra, e os dados foram tratados considerando os temas que emergiram como mensagem, capazes de elucidar as experiências da personagem no âmbito educacional.

REFERENCIAL TEÓRICO

Inicialmente, para compreender a experiência travesti, é preciso levar em consideração que essa produção de gênero, como todas as outras, é fruto de um processo que ocorre em meio à cultura. O conceito “Gênero” surge com o psicanalista Stoller, em



1963, para falar da identidade de gênero e diferenciar natureza (relacionada ao sexo biológico) da cultura (referente a maneira de ser homem e mulher produzidas no interior de cada sociedade) (PISCITELLI, 2009).

A partir disso, nenhum gênero pode ser entendido como um dado natural, biológico ou pré-existente. Pois, o próprio sexo só ganha sentido se pensado a partir das relações sociais que o engendram. A cultura é a responsável por nomear um corpo e delimitar quais os usos possíveis dele.

As relações de poder fabricam as possibilidades de existência na sociedade, o poder não é algo centralizado, mas ocorre por meio de diversas estratégias, delimitando quais os lugares que devem ser ocupados por cada sujeito. Nas palavras de Foucault (2006, p. 54-55), o poder sobre os corpos “[...] não tem a forma da lei nem os efeitos da interdição: ao contrário [...] procede mediante a redução de sexualidades singulares”.

No que se refere ao campo do gênero e das sexualidades, o conjunto de padrões elaborados pelo poder, que tomam a atração pelo sexo oposto como natural e instituem o modo correto de desejar, fundado a partir da heterossexualidade, da família e da reprodução, pode ser nomeado de heteronormatividade (LEWIS, 2017).

Em meio ao exposto, as pessoas trans produzem suas singularidades a partir desse poder, ainda que elaborem formas de burlar suas imposições, pois ultrapassam as fronteiras do gênero e das sexualidades, escancarando a não causalidade entre sexo, gênero e desejo. Nas palavras de Bento (2008, p. 21), “A experiência transexual destaca os gestos que dão visibilidade e estabilidade aos gêneros e estabelece negociações interpretadas, na prática, sobre o masculino e feminino”.

A partir disso, há também que se questionar a própria divisão que separa as pessoas em cis e trans. Pois essa é uma ideia binarista, que não contempla a complexidade das elaborações humanas. O próprio conceito cis só surge para se opor ao trans, nas palavras desta autora trans e feminista:

E, se existimos, com direito a nome inclusive, as pessoas que não são nós (e a partir das quais fomos nomeadas “trans”) talvez precisassem de um nome também, um nome não que lhes desse existência (afinal, quem cogitaria duvidar que, por não terem nome, inexistem?), mas sim um que explicitasse a razão de nos terem definido enquanto quem cruza, traspassa (trapaça?), transgride uma certa linha, a saber, aquela que separa homem de mulher (RODOVALHO, 2017, p. 367).



Nessa perspectiva, as travestis não se conformam a ideia de mulheridade estabelecida e tomada como verdade. Segundo publicação da ANTRA, as travestis se diferem das transexuais, como aponta a definição:

Travestis: Pessoas que foram identificadas como sendo pertencentes ao gênero masculino no nascimento, mas que se reconhecem como pertencentes ao gênero feminino e tem expressão de gênero feminina, mas não se reivindicam como mulheres da forma com que o ser mulher está construído em nossa sociedade” (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2020, p. 11).

Feitas essas pontuações sobre a posição de gênero travesti, é importante analisar como a escola lida com esses sujeitos. Pois, tal instituição, nos seus diversos segmentos, é excludente, como aponta Louro (2019, p. 37 - 38):

A escola é, sem dúvida, um dos espaços mais difíceis para que alguém “assuma” sua condição de homossexual, bissexual ou trans. Com a suposição de que só pode haver um tipo de desejo sexual e que esse tipo – inato a todos – deve ter como algo um indivíduo do sexo oposto, a escola nega e ignora formas não heterossexuais de sexualidade (provavelmente nega porque ignora) e, dessa forma, oferece muito poucas oportunidades para que adolescentes ou adultos assumam, sem culpa ou vergonha, seus desejos.

Os corpos trans inquietam as naturalizações sobre o gênero e as sexualidades presentes nos contextos educacionais. Esses corpos parecem ser ainda mais transgressores quando se trata de docentes. Pois, desde o século XIX, quando a mulher ocupa o magistério como profissão, iniciou-se um movimento de apagamento das suas expressões de gênero e desejo. Associando a docente aos papéis de mãe, tia, solteirona e viúva. Além de monitorar seus corpos, pois seriam responsáveis pela educação das crianças e jovens, assim, historicamente “[...] a professora mulher é alvo de preocupações. Para afastar de sua figura as "marcas" distintivas da sexualidade feminina, seus trajes e seus modos devem ser, na medida do possível, assexuados. Sua vida pessoal, além de irretocável, deve ser discreta e reservada” (LOURO, 1997, p. 106).

Portanto, pensar em corpos que ensinam e estão nas fronteiras do que foi elaborado como modo adequado de existir e de servir como exemplo, é de extrema importância. Pois, se as mulheres travestis vem conseguindo ocupar esses espaços que lhe foram negados, é sinal de que as instituições de ensino precisam repensar urgentemente o seu papel, mais acolhedoras e menos excludentes.

RESULTADOS E DISCUSSÃO



A partir da análise do documentário Megg, emergiram duas temáticas: A experiência da professora travesti que tanto (trans)gride como (trans)forma o espaço educacional; E o embate constante para um corpo trans exercer o magistério.

No que se refere a subversão dos padrões educacionais, a protagonista do documentário aponta que alguns alunos, inicialmente, duvidavam da sua capacidade como docente. Como se o fato de ser travesti não fosse compatível com o exercício do magistério:

Eu já ouvi de algumas pessoas, assim, inclusive de alguns alunos, dizer: nossa, quando você veio pra sala, a gente ficou pensando, nossa, que tipo de aula que vai ser, que tipo de, sabe? De atividade vai acontecer [...] como se eu fosse fazer alguma coisa totalmente fora, né? Do contexto acadêmico, né? Como se eu não fosse uma professora. É.. preparada e capacitada pra ocupar aquele lugar. Então esse tipo de fiscalização revela já uma visão estereotipada da travesti, da professora travesti também (MEGG, 2018).

O estranhamento com a presença travesti no espaço acadêmico, principalmente se ela está ali para ensinar (“como se eu não fosse uma professora”), provavelmente ocorre porque a escola, na maioria das vezes, expulsa simbolicamente essas pessoas. Essa expulsão se dá pelo desrespeito às suas identidades, pela não utilização do nome social ou pelas situações embaraçosas que se tornam as idas ao banheiro, por exemplo.

A permanência de uma pessoa travesti no espaço educacional diz de um processo de resistência para lidar com a exclusão. Essa conquista é capaz de transformar as relações escolares e inspirar outras pessoas. A professora diz:

Com relação a essa questão da repercussão da minha defesa, do meu doutorado, assim, o que eu percebi, é, principalmente pelas redes sociais é uma, é um estímulo realmente, a continuar ocupando o espaço acadêmico. Sabe? Eu recebi muitas mensagens de apoio [...] muitos comentários, no sentido de que: olha, eu tava tentando, eu não ia estudar, mas a partir da tua vivência, da tua experiência, eu decidi continuar estudando, vou insistir, né? (MEGG, 2018).

Franco e Cicillini (2015, p. 343) citam que a presença de professoras trans “[...] pode desencadear novas perspectivas de pertencimento para o segmento LGBT no âmbito escolar, sobretudo para alunos/as *trans*”. Logo, os corpos desviantes que ensinam, podem encorajar os/as discentes LGBTQIA+.

Além de oferecer a possibilidade de pensar que lugar de travesti não é apenas em serviços estereotipados, como o mercado da beleza e a prostituição, que muitas vezes são escolhidos por falta de oportunidade. Destarte, Megg (2018) relata:



Algumas meninas que estão nesse processo de, é... de hormonização, sabe? Se sentiram encorajadas a expressar publicamente seu gênero feminino. E essas, esses exemplos, assim, é... apontam, né? Pra uma realidade muito diferente daquela que o senso comum, é... supõe. Que toda pessoa trans, né? Principalmente as meninas, as travestis, querem trabalhar na área da beleza, querem trabalhar na área da estética. E na verdade é o que nos sobra, né? Então são espaços menos opressores, né? Porque é muito cômodo pra algumas pessoas, é... achar que, ah, eu consegui esse título, todas as demais conseguiriam se quisessem. E não é bem assim... Os obstáculos que são construídos são muito difíceis pra gente conseguir transpor.

Diante do exposto, é preciso não romantizar as oportunidades que ainda são escassas para as pessoas trans. Dados da ANTRA indicam que apenas 4% da população trans feminina estão em empregos formais, 6% estão em empregos informais/subempregos e 90% tem a prostituição como fonte de renda (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2020).

No tocante a segunda temática oriunda da análise das falas da professora, percebe-se que o exercício do magistério requer um processo de constante afirmação. A escola é um lugar de embate político, no qual alguns corpos questionam a hegemonia e a padronização. Por conseguinte:

[...] o salto é político também. Porque quando eu vou pra Universidade eu não vou de rasteirinha de jeito nenhum, tem que ir de salto, né? Porque eu quero que as pessoas saibam que eu tô chegando. Eu não entro pedindo licença mais, eu entro fazendo toc toc, fazendo barulho” (MEGG, 2018).

O ir de salto faz parte de um movimento simbólico de se colocar em igualdade em relação as outras pessoas. Não mais na invisibilidade, porém, fazendo barulho. A presença de uma docente trans é, sem dúvida, barulhenta para os ditames sociais. Ela afirma não pedir mais licença, porque ali também é um lugar seu. Ou seja, é uma conquista que ocorre no seio de uma instituição que faz uso do poder para delimitar quem poderia ou não transitar no seu interior. Nessa perspectiva:

[...] se admitimos que as relações sociais são sempre relações de poder e que o poder se exerce mais na forma de rede do que em um movimento unidirecional, então não será possível compreender as práticas educativas como isentas desses processos. A construção de uma prática educativa não-sexista necessariamente terá de se fazer a partir de dentro desses jogos de poder (LOURO, 1997, p. 119).

Não é possível, como foi citado acima, isentar a educação das relações de poder. Porém, é possível que essas relações sejam mais inclusivas e menos violentas, como é denunciado pela docente:



E quando eu digo assim, ah, eu sou a primeira travesti doutora pela Universidade Federal do Paraná, a primeira travesti negra doutora do país, isso tem que ter um ar de denúncia e não um ar de comemoração, né? [...] isso revela a situação de violência, a situação de exclusão que a gente vivencia (MEGG, 2018).

Por fim, tais relatos auxiliam a refletir que a presença, ainda tímida, de professoras trans no exercício do magistério é um passo importante para que essa população amplie suas oportunidades de trabalho. Ao mesmo tempo, indica que as instituições de ensino devem aprender com os corpos transgressores a alargar seus olhares e promover práticas que permitam a existência das diferenças.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A professora travesti tem muito a ensinar, e esse ensino ultrapassa os limites da sala de aula em que atua. A aprendizagem é sobre as desconstruções dos modelos de gênero e sexualidades que são produzidos em meio a cultura. É também sobre a reinvenção necessária e urgente dos espaços escolares, para que sejam mais inclusivos.

Nessa breve análise, viu-se que só há 3 anos uma mulher negra e travesti conseguiu se tornar doutora no Brasil. Além de ser um avanço, indica que esse país ainda conserva um enorme atraso no campo educacional. Retrocesso que é refletido nos altos números de travestis e transexuais na prostituição e no trabalho informal.

A luta precisa ser para que mais Megg's consigam passar pelos bancos escolares, enfrentando os impasses e preconceitos, e possam ter acesso a cursos de licenciatura ou quaisquer outros. Como diz o título do documentário, é um movimento da margem para o centro (aonde é possível ter a existência reconhecida).

Foi possível observar que a presença de uma professora travesti desafia a heteronormatividade produzida e reproduzida na escola, ao mesmo tempo que fornece esperança a pessoas LGBTQIA+ para seguir a carreira acadêmica. Além de que a sua permanência na docência não pode ser apenas romantizada, mas é fruto de embates cotidianos para consolidar seu espaço.

Em suma, as pesquisas científicas sobre professoras trans, bem como sua existência nos espaços de ensino formal, ainda são reduzidas. Nesse sentido, cabe, entendendo os limites desse texto, refletir sobre o acesso desses sujeitos a espaços escolares, bem como, aproximar a teoria das vivências. Promovendo, assim, questionamentos e lutas



políticas para que essas vidas possam ter direito de escolha e sobretudo, acesso à educação.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BENEVIDES, Bruna G.; NOGUEIRA, Sayonara Naidier Bonfim (Orgs.). **Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2019**. São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2020.

BENTO, Berenice Alves de Melo. **O que é transexualidade**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

FRANCO, Neil; CICILLINI, Graça Aparecida. Professoras trans brasileiras em seu processo de escolarização. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 325-346, ago. 2015. Disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2015000200325&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 06 set. 2020.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. 17. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2006.

LEWIS, Elizabeth Sara. Teoria(s) Queer e performatividade: mudança social na matriz heteronormativa. In: MACEDO, Elizabeth; RANNIERY, Thiago (Orgs.). **Currículo, sexualidade e ação docente**. 1 ed. Petrópolis, RJ: DP et Alii, 2017, p. 157 – 186.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista**. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

_____. Pedagogias da sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes (org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019, p. 7-42.

MEGG - A margem que migra para o centro. Direção: Larissa Nepomuceno Moreira e Eduardo Sanches. Curitiba: Beija Flor Filmes, 2018. 1 vídeo (15 min). Disponível em:
<https://www.youtube.com/watch?v=7SKVe-IOITg>. Acesso em: 08 set. 2020.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016, p. 9-28.

OLIVEIRA, Alexandre Barbosa de. USO DE FONTES FÍLMICAS EM PESQUISAS SÓCIO HISTÓRICAS DA ÁREA DA SAÚDE. **Texto contexto - enferm.**, Florianópolis, v. 26, n. 4, e0320017, 2017. Disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-07072017000400607&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 24 set. 2020.



PISCITELLI, A. Gênero: a história de um conceito. In: ALMEIDA, H. B.; SZWAKO, J. E. (Org.). **Diferenças, igualdade**. São Paulo: Berlandis & Vertecchia, 2009. p. 118-146

RODOVALHO, Amara Moira. O cis pelo trans. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 25, n. 1, p. 365-373, Abr. 2017. Disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2017000100365&lng=en&nrm=iso. Acesso em 20 ago. 2020.